

RECURSO ESPECIAL Nº 1.658.097 - SC (2017/0048251-7)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : EXACT - COMERCIAL, EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA
RECORRIDO : JSX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : CYNTHIA DE SÁ VASCONCELOS MORTIMER MACEDO - SC032191
MANOEL PRESSER GARCEZ - RS065809

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 294):

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADUANEIRO. ABANDONO. INTENÇÃO DE ABANDONAR NÃO CARACTERIZADA. PENA DE PERDIMENTO. INAPLICABILIDADE. PERMANÊNCIA NO REGIME DE ENTREPOSTO ADUANEIRO. POSSIBILIDADE.

1. O abandono de mercadoria enseja a pena de perdimento por força de ficção legal, que presume o dano ao erário (artigos 689, XXI, do Decreto 6.759/09), não havendo ilegalidade na aplicação de tal penalidade pela autoridade fiscal, desde que precedida da instauração do processo administrativo, de forma a assegurar a ampla defesa, a fim de verificar a efetiva intenção do agente de abandonar a mercadoria, não bastando o mero decurso de prazo para caracterização do abandono, e sendo imprescindível a omissão do interessado, reveladora do animus de renúncia quanto aos bens. Precedentes.

2. Hipótese em que não restou caracterizada a intenção de abandonar, fato reconhecido pela autoridade impetrada.

3. A permanência das mercadorias em regime de entreposto aduaneiro até o prazo máximo legal e posterior reexportação é possível, não caracterizando prejuízo ao Fisco, face à inoccorrência do fato gerador dos tributos de importação.

4. Apelação e remessa oficial desprovidas.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 327/332).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 1022, II, do CPC/2015; 23 do

Decreto-Lei 1.455/76; 642 e 689 do Regulamento Aduaneiro (Decreto nº 6.759/2009). Sustenta, em síntese: (I) omissão do Tribunal de origem, apesar dos aclaratórios opostos pelo ora recorrente, sobre questões necessárias ao deslinde da controvérsia; (II) "*No caso em exame, é fato incontroverso nos autos que todos os prazos de permanência no regime de entreposto foram extrapolados, destarte, a imposição do perdimento por abandono é medida que se impõe, na forma da legislação aplicável*" (fl. 347).

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 393/398, pelo conhecimento parcial do recurso especial e, nessa parte, pelo não provimento.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 1022 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Sobre a controvérsia dos autos, esta Corte possui o entendimento de que, para que seja decretada a pena de perdimento de bens, nos termos do art. 23 do Decreto-Lei 1.455/1976, não basta o transcurso do prazo de 90 dias sem o desembaraço do bem, sendo necessária a comprovação da intenção do agente. Nesse sentido, confirmam-se:

TRIBUTÁRIO. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. MERCADORIA. PENA DE PERDIMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ÂNIMO DE ABANDONAR. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. *Nos termos da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, para que seja decretada a pena de perdimento de bens, prevista no art. 23 do Decreto-Lei 1.455/76, faz-se necessária a comprovação da intenção do agente. O mero transcurso do prazo de 90 (noventa) dias sem que tenha havido o respectivo desembaraço da mercadoria não enseja, por si só, a aplicação da referida pena.*

2. *Hipótese em que o juízo de primeira instância entendeu que não há comprovação da vontade de abandonar a mercadoria. Todavia, o Tribunal de origem, reformando a sentença, expressamente consignou que está*

presente o animus de abandono. Desse modo, rever tal premissa e restabelecer a sentença requer, necessariamente, o reexame de fatos e provas, o que é vedado ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, por esbarrar sob o óbice da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido

(AgRg no REsp. 1.450.047/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.10.2015).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ADUANEIRO. INCORRETO ENQUADRAMENTO DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ E DE DANO AO ERÁRIO. PENA DE PERDIMENTO AFASTADA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 83/STJ E 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. *O acórdão proferido pela Corte de origem afastou a pena de perdimento das mercadorias apreendidas, por entender ter ficado caracterizada a boa-fé do contribuinte, bem como por não ter havido qualquer dano ao Erário.*

2. *É de se reconhecer a incidência, na hipótese, da Súmula 83 do STJ, pois o Tribunal a quo decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte.*

3. *Uma eventual reforma do acórdão regional demandaria reexame fático-probatório, inviável nos termos da Súmula 7/STJ.*

4. *Agravo regimental não provido*
(AgInt no AREsp. 871.882/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 16.6.2016).

Com efeito, o Tribunal de origem, ao afastar a pena de perdimento, entendeu que não ficou configurado o abandono, conforme se verifica nos seguintes trechos (fls. 290):

No caso dos autos, a própria Receita Federal autorizou, em decisão administrativa proferida em 27.10.2015 (evento 1, OUT16) o prazo de 30 (trinta) dias para que a parte efetuassem o registro da DL.'

Com efeito, a própria Receita Federal autorizou o registro da DL e autorizou a retomada do despacho aduaneiro (vide despacho decisório do evento 15, OUT3). Nota-se do trâmite administrativo a ausência de ânimo de abandono pela parte impetrante, fato reconhecido pela própria autoridade impetrada quando anulou o auto de infração. Nesse sentido, jurisprudência pacífica do TRF da 4ª Região:

PENA DE PERDIMENTO DE MERCADORIAS.

PERMANÊNCIA EM RECINTO ALFANDEGADO. ABANDONO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. 1. O mero decurso do prazo de permanência das mercadorias em recinto alfandegado é insuficiente para caracterização do seu abandono, sendo imprescindível a omissão do interessado, reveladora do animus de renúncia quanto aos bens. 2. Incabível indenização por danos materiais, no caso em que foi a própria empresa contratada para realizar o despacho aduaneiro das mercadorias quem permaneceu inerte, em diversas oportunidades, deixando de realizar os trâmites aduaneiros. (TRF4, APELREEX 5007828-63.2013.404.7208, Segunda Turma, Relator p/Acórdão Rômulo Pizzolatti, juntado aos autos em 08/07/2015)

Após o deferimento da anulação do auto de infração, a parte impetrante formulou dois pedidos: (1) ou autorização judicial para permanência no regime de entreposto aduaneiro; (2) ou subsidiariamente autorização para registro da DI, com o início do despacho aduaneiro.

No caso dos autos, conforme despacho decisório do evento 15, OUT3 as mercadorias deram entrada no recinto alfandegário em 04.11.2014. Neste caso deve ser citado o art. 404 do Decreto nº 6.759/09, no qual consta que:

O regime especial de entreposto aduaneiro na importação é o que permite a armazenagem de mercadoria estrangeira em recinto alfandegado de uso público, com suspensão do pagamento dos impostos federais, da contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes na importação (Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 9º, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 69; e Lei nº 10.865, de 2004, art. 14)'

Já o artigo 408 do citado Decreto aponta que 'A mercadoria poderá permanecer no regime de entreposto aduaneiro na importação pelo prazo de até um ano, prorrogável por período não superior, no total, a dois anos, contados da data do desembaraço aduaneiro de admissão'.

Ou seja, ainda não se completou os 2 (dois) anos desde o aporte dos contêineres em solo nacional, sem que o Impetrante tenha praticado ato concreto para sua nacionalização.

O motivo para o indeferimento administrativo da permanência das mercadorias em regime de entreposto aduaneiro é a necessidade do pagamento de tributos incidentes na

importação.

Por sua vez, entendo que tal motivo não impede a permanência no mencionado regime.

[...]

Quer dizer, até o prazo máximo de 2 (dois) anos, o que no caso dos autos é a data de 04.11.2016, tem o importador o direito da permanência no regime de entreposto aduaneiro. Isso porque não consubstanciado ainda o fato gerador dos tributos internos e externos e, portanto, ausente prejuízo ao Fisco.

Portanto, desconstituído o auto de infração e sem efeito a fundamentação administrativa que indeferiu o pedido de permanência em regime de entreposto aduaneiro, deve a autoridade impetrada dar-lhe processamento, excetuando-se o caso de haver exigências pendentes de cumprimento pela impetrante.

Nesse contexto, tendo a Corte Regional afastado a penalidade em comento com base no exame das circunstâncias fáticas da causa, inviável é a modificação do acórdão recorrido, porquanto, para se infirmar suas conclusões, seria necessário novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator